

Documentação

CONTABILIZACIONAL *Acritica*

Conto

Data *11/12/98* Pg *A-8*

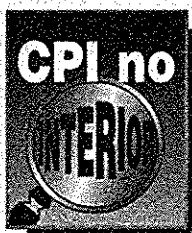
Class. *306*

# Câmara de São Gabriel tem outra CPI contra o prefeito

Acusação contra Amilton Gadelha é de não-cumprimento de convênios para construção de escolas

Márcio Silva - 29/ago/97

O prefeito de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus), Amilton Bezerra Gadelha (sem partido), foi notificado ontem que a Câmara Municipal criou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no dia 27, para apurar denúncias de irregularidades na administração de convênios celebrados entre a prefeitura e órgãos dos governos estadual e federal.



Esta é a segunda CPI contra a administração de Gadelha. A primeira, que investigou viagem do prefeito ao exterior sem autorização da Câmara, conforme exige a Lei Orgânica do Município, está em fase de conclusão. Seu presidente, o vereador Aelson Dantas (PL), não quis adiantar as conclusões. O prefeito se defendeu dizendo que a viagem teria sido para tratamento de saúde, o que não convenceu os vereadores.

A CPI dos convênios se originou de acusação apresentada à Câmara por um morador do município. O presidente do Legislativo, que também vai presidir a CPI, Antonio Cardoso de Araújo (PSDB), assinalou que as suspeitas de irregularidades começaram em abril deste ano, quando os vereadores foram procurados por trabalhadores que construíam escolas atendidas por um convênio com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), órgão do governo federal, reclamando que não estavam recebendo seus salários.

O acordo foi assinado em outubro do ano passado e em novembro a SAE repassou o dinheiro para as obras das escolas, segundo Cardoso. Segundo ele, não havia razão para atrasar o pagamento dos salários. Esse fato chamou a atenção dos

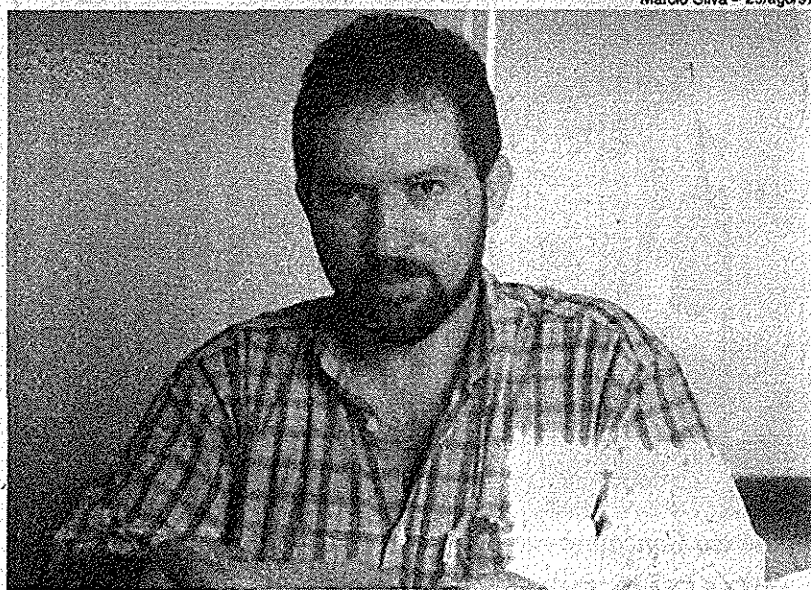
vereadores, que decidiram investigar outros convênios.

"Não estamos acusando o prefeito de roubo ou desvio de dinheiro público, apenas queremos saber o que está acontecendo com os convênios; nossa questão não é pessoal ou politiqueria", justifica Cardoso. Gadelha é acusado ainda pelos vereadores de não atender a pedidos de informação e solicitação da prestação de contas e de não prestar contas da prefeitura ao Tribunal de Contas do Estado relativas ao primeiro semestre deste ano.

A CPI tem prazo de 180 dias para concluir as investigações, a partir da notificação ao prefeito. Concluída a apuração, a comissão apresentará relatório. Se confirmar algum crime político-administrativo, pode instalar uma comissão processante para a cassação de Gadelha. A Câmara de São Gabriel da Cachoeira tem nove vereadores. Seis deles são de oposição.

**Notificado** - O prefeito Amilton Gadelha confirmou ontem, por telefone, que recebeu notificação da Câmara Municipal, comunicando a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar "possíveis irregularidades" em sua administração no cumprimento de convênios. "O documento não faz referência a nenhum convênio", destacou, adiantando que não há qualquer problema com os acordos que a prefeitura assinou com órgãos estaduais e federais.

Segundo ele, as obras das escolas atendidas pelo contrato com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) foram concluídas há aproximadamente seis meses, tendo recebido, inclusive, a aprovação do coordenador da SAE, coronel Pedro Amaral, depois de passar pela fiscalização do Batalhão de Infantaria na Selva (BIS) e Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) e departamentos do Exército com instalações em São Gabriel.



Gadelha contesta acusação de vereadores que criaram a CPI

## Gadelha afirma que é 'intriga'

Para o prefeito Amilton Gadelha, a atitude dos vereadores que aprovaram a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não passa de intriga política, com causa provável na disputa da sucessão do Executivo municipal no ano 2000. "Eu era aliado do presidente da Câmara (Antonio Cardoso de Araújo). Com a possibilidade da reeleição de prefeito, acho que ele está buscando se promover usando denúncias para se fortalecer junto ao eleitorado", avaliou Gadelha.

"Não tenho nada contra a abertura de CPIs pela Câmara, mas o presidente sabe que não há irregularidades", disse Gadelha, lamentando que esse comportamento cause desgastes a ele, à Câmara e, principalmente, "ao município, que perde com isso". O

prefeito conta que denúncias dos vereadores à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) - que acabaram se comprovando falsas - impediram a celebração de convênio com a SAE para construção de mais dez casas na área rural do município, neste ano. "Vamos construir no próximo ano porque a fiscalização da secretaria veio ao município e constatou que a denúncia não procedia", afirmou.

Gadelha assinalou que o problema de atraso na prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) aconteceu devido a problemas com seu departamento de contabilidade e também porque ele decidiu informatizar esse setor, o que provocou paralisação nas atividades: "Mas comuniquei isso ao TCE e já começamos a regularizar essa situação".